

AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA

E A FORMAÇÃO DO PT¹

Reginaldo Benedito Dias²

O presente artigo analisa a relação da organização política Ação Popular Marxista-Leninista (APML) com o processo de formação do Partido dos Trabalhadores, fundado oficialmente em fevereiro de 1980. A origem do PT se insere no contexto dos grandes movimentos sociais e políticos que, no final da década de 1970, impulsionaram o processo de abertura política e a redemocratização do Brasil. Principal novidade política no seio dos partidos então institucionalizados, a singularidade da gênese do PT na história da esquerda brasileira tem sido ressaltada pelos pesquisadores. De forma propositalmente didática, Clóvis de Azevedo sistematiza que a formação do PT

resultou de três processos que envolveram cada uma de suas vertentes principais: sindicalistas combativos, cristãos progressistas e militantes de esquerda. Convergiram também para o PT parlamentares progressistas do PMDB, intelectuais,

setores de classe média, estudantes, participantes e dirigentes de organizações e movimentos populares etc., mas o “tripé” sindicalistas – cristãos – esquerda corresponde a um esquema que, embora simplificador, tem a vantagem de mostrar os eixos mais importantes em torno dos quais se constituiu o partido.³

Para o historiador Daniel Aarão Reis, por ensejar aliança entre “lideranças sindicais autênticas, revolucionários marxistas-leninistas e militantes cristãos radicais”, tal confluência de forças era “um fato inusitado”. Pelo detalhamento de sua clivagem, a APML encontrava-se no leito dos “revolucionários marxistas-leninistas” egressos da luta armada:

Também desde o início, tomaram parte na iniciativa grupos revolucionários trotskistas, entre os quais, e principalmente, a Convergência Socialista, além de grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar: Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PCdoB). Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) – todos ingressaram nas articulações que dariam origem ao PT.⁴

Ainda que haja pontos de contato nas motivações dessas organizações, a forma como cada uma se incorporou ao processo de formação do PT guarda relação com sua história, com seu projeto político e com os contornos de sua intervenção naquela conjuntura. Nesse leito, a história da APML talvez seja a mais singular.

Criada no início da década de 1960 com o nome de Ação Popular, tinha, em sua origem, o objetivo de forjar uma ideologia socialista própria. Assumiu a identidade marxista-leninista na segunda metade da década, no contexto da ditadura civil e militar instaurada em 1964. Na definição e redefinição da linha marxista-leninista, viveu dramáticos processos de disputa interna, que culminaram, em algumas ocasiões, em dissensões e rachas.

Por isso, o artigo demarca os principais temas e fases da história da APML, desde sua origem até a fase de articulação do PT. Não se trata apenas de resgatar o passado para compor uma “cronologia completa”, mas de fornecer parâmetros para a análise da especificidade da APML no processo de fundação do PT.

Da ideologia própria ao marxismo-leninismo

A Ação Popular (AP) foi oficialmente fundada em fevereiro de 1963, em conjuntura caracterizada pela elevação da influência de movimentos e forças

de esquerda na política nacional. Além da AP, também houve, naqueles anos, a formação de novas organizações de esquerda, constituídas como oposição e em alternativa à linha política do PCB (Partido Comunista Brasileiro): em especial a Polop (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária), criada em 1961, e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), fundado em 1962.

A estratégia política do PCB, de acordo com a linha histórica definida a partir das teses aprovadas no VI Congresso da Internacional Comunista, estabelecia duas temporalidades para a revolução brasileira, a nacional-democrática e a socialista. A primeira, considerada necessária para superar o atraso das estruturas e os supostos resquícios feudais, tinha conteúdo antiimperialista e antilatifundiário e incorporava alianças com os setores progressistas da burguesia nacional.

Na segunda metade da década de 1950, a estratégia do PCB, influenciada pela política de “coexistência pacífica” emanada da União Soviética e pelas possibilidades de desenvolvimento ensejadas pelo capitalismo brasileiro, sofreu uma inflexão moderada em favor de uma via “pacífica” para a revolução nacional-democrática⁵. Daí decorria investimento no jogo eleitoral e na legalização do partido. Promoveu-se, assim, a modificação dos estatutos partidários e do nome da legenda, que, em vez de Partido Comunista do Brasil, passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, evidenciando seu caráter nacional. De maneira geral, essa inflexão do PCB seria qualificada, pelas organizações de esquerda criadas na década de 1960, como expressão do “revisionismo contemporâneo”⁶.

Criada a partir da iniciativa de ex-militantes do PCB e PSB e de marxistas independentes, a Polop distinguia-se por sua crítica ao reformismo e à concepção de revolução por etapas. Repelia alianças com a burguesia e defendia o caráter imediatamente socialista da revolução brasileira⁷. O PCdoB foi formado por um setor dissidente do PCB, que havia sido expulso por divergir da mudança da linha política. Na lógica que movia esses agentes políticos, promovia-se a reorganização do partido comunista histórico, fundado em 1922, depurado do revisionismo⁸. A estratégia então afirmada pelo PCdoB preservou a noção das duas etapas revolucionárias, mas repeliu os métodos “pacíficos” do PCB.

A origem da Ação Popular distingue-se pelo fato de não pertencer nem reivindicar uma linhagem propriamente marxista. Aliás, o principal núcleo constituinte da AP tinha raízes nos setores leigos do catolicismo, especialmente na JUC - Juventude Universitária Católica.

Formada para cristianizar os estudantes universitários, a JUC passou, na segunda metade da década de 1950, por uma transformação política. No início da década de 1960, tornou-se força dirigente na União Nacional dos

Estudantes (UNE), fazendo alianças com setores da esquerda estudantil. O processo de radicalização do discurso e da prática dos militantes da JUC chocou-se com os limites tolerados pela hierarquia da Igreja Católica. Colocou-se, então, o objetivo de criação de uma organização política laica, que aglutinasse por motivos políticos.

Em 1962, foi desencadeada uma série de reuniões e, em menos de um ano, estaria constituída a Ação Popular. Da primeira reunião, realizada em São Paulo, extraiu-se um documento chamado *Estatuto ideológico*, que afirmava o compromisso da embrionária organização, então denominada Grupo de Ação Popular (GAP), com o socialismo e com a revolução brasileira. Em sua segunda reunião, em junho de 1962, foram adotados o nome Ação Popular e a sigla AP. Em fevereiro de 1963, o primeiro congresso da AP, realizado em Salvador, formalizou sua fundação e aprovou sua linha política e estratégica, traduzida em seu *Documento base*.

Em estudo dirigido a esse processo, Luiz A. Gomes de Souza, ele próprio ex-militante da JUC e fundador da AP, procura dirimir polêmicas sobre a identidade da nova organização política, não raro citada como expressão da esquerda católica:

Essa geração foi chegando ao socialismo, mas não ao socialismo cristão, nem tampouco ao socialismo derivado do cristianismo. Ainda que a discussão tivesse começado no âmbito de movimentos cristãos da AC [Ação Católica], logo passou a ser uma caminhada em comum com pessoas de diferentes origens, analisando o processo histórico das lutas populares e os contornos de um futuro projeto político. Daí o surgimento da Ação Popular, impropriamente considerada por muitos analistas como um movimento de esquerda cristã, mas que pretendia ser, desde o início, um movimento pluralista, embora não se possa negar que a biografia da maioria de seus criadores estivesse condicionada por suas origens cristãs.⁹

Se não se pode subestimar o peso dos militantes egressos da esquerda católica, tem-se que a AP era um movimento mais amplo, laico, aberto a outras influências. Desde o início, procurou organizar-se, segundo as palavras de Herbert de Souza, seu primeiro coordenador, como “um movimento nacional alternativo ao PC”¹⁰. Assim, atraiu, além dos católicos progressistas, cristãos de outros matizes¹¹ e militantes independentes, entre os quais havia marxistas.

Em sua origem, a AP caracterizava-se pela busca de ideologia e de caminhos próprios. Sob influência do cristianismo, do existencialismo e do marxismo, tentava formular uma nova síntese política, como se verifica em seu *Documento base*. O conceito-chave desse documento era o de “socialismo

como humanismo”, por meio do qual a Ação Popular criticava as ditaduras de esquerda e o chamado socialismo real. Sua formulação salientava o fato de que, na superação do capitalismo, tenham surgido novas formas de dominação e alienação. Defendia-se a tese de que, no complexo mundo socialista em gestação, poderiam existir experiências com orientações ideológicas plurais. A realidade comportava a possibilidade de “diversas concepções de passagem ao socialismo”.

Na formulação da estratégia política, embora reconhecesse a existência de um setor feudal nas estruturas econômicas, recusava a concepção de que deveria haver uma fase de consolidação do capitalismo como etapa necessária à revolução brasileira. De qualquer forma, não supunha possível uma revolução imediata. A AP declarava que se propunha “a tarefa de elaborar com o povo, na base de constituição deste, a nova sociedade”¹². Dispunha-se a desencadear o que chamou de “processo de preparação revolucionária”, definido como “mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização”¹³. Alegava que não seria possível antecipar como ocorreria o processo revolucionário. Adiantava, porém, que “a história não registra quebra de estruturas sem violência gerada por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência”¹⁴.

Entre as novas organizações de esquerda que disputavam a cena política com o PCB, a AP foi a que teve maior influência social, exercendo a hegemonia sobre a UNE e incidência sobre a organização dos movimentos sindicais rurais. De qualquer forma, sua práxis, identificada com o horizonte da revolução brasileira, não ultrapassou o movimento em favor de reformas estruturais que marcou aquela conjuntura¹⁵.

O rápido crescimento que a AP experimentou em seu pouco tempo de existência foi interrompido com o golpe de Estado de 1964 e com a instauração da ditadura civil-militar. A exemplo do que ocorreu com as demais forças de esquerda, teve de debruçar-se sobre o significado da derrota política sofrida. Iniciou-se, então, um processo de reavaliação de sua política e de sua estratégia, que culminaria na ruptura com sua identidade original e na adesão ao marxismo-leninismo. Contudo, tal ruptura não foi imediata. Com o olhar privilegiado de quem conhece as fases que a AP viria a viver, é possível identificar, no imediato pós-1964, uma espécie de período de transição, aberto tanto à influência da herança da primeira fase quanto às referências revolucionárias que vicejavam naquela conjuntura histórica.

Em um primeiro momento, exilados no Uruguai, dirigentes da AP aproximaram-se da corrente liderada por Leonel Brizola, na qual prosperavam, esclarece Herbert de Souza, ideias de uma reconquista. Ele próprio teria sido incumbido de uma missão para estabelecer a relação Cuba-Brizola, visando ob-

ter apoio material e logístico¹⁶. Diante das notícias do quadro de desarticulação vivido pela AP no Brasil, os dirigentes decidiram voltar, “para propor à AP a guerrilha. Viemos para São Paulo, retomamos a direção da Ação Popular e foi aí que se decidiu que o caminho da revolução era o da luta armada”¹⁷.

A AP vivia uma crise, caracterizada pela desarticulação de sua base social, por desorientação política e por uma tendência à desagregação¹⁸. A primeira resposta aos novos desafios foi sistematizada em 1965, em reunião nacional extraordinária, quando foi aprovado o documento *Resolução política*. Em sua abertura, a *Resolução política* salienta que o objetivo era tirar a AP do estágio em que vivia e inseri-la em uma nova fase de sua história, definida como rigorosamente popular e revolucionária. Notam-se permanências e mudanças. Por um lado, a resolução preserva parte essencial dos fundamentos filosóficos legados pelo *Documento base*, especialmente os aspectos que abordavam o socialismo como humanismo. Por outro, criticando a estratégia política anterior, promove a adesão explícita ao objetivo de conquistar o poder pela via insurrecional, por meio da estratégia da Revolução Socialista da Libertação Nacional, conceito que sofria influência das revoluções cubana e chinesa.

Nessa conjuntura dos primeiros anos da ditadura militar, tem-se que a maior influência era da Revolução Cubana. Herbert de Souza fala mesmo em uma fase “debrayrista”. São constituídas, não obstante, delegações para conhecer diretamente as experiências revolucionárias. Em pouco tempo, prevaleceria a linha chinesa.

Em 1967, a transformação da AP ganhou impulso com a adoção de duas resoluções de grande alcance. A primeira referia-se à necessidade de construir um partido de vanguarda para a direção do processo revolucionário. A segunda convocou o processo conhecido como Debate Teórico e Ideológico. Acentuando a ruptura com a formulação original da AP, o documento convocatório é categórico: “é necessário considerar o estudo crítico do marxismo como eixo e princípio ordenador da discussão”¹⁹.

Considera-se que incluir pensadores católicos de esquerda, como Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin, se não era de todo inútil, não levaria a resultados coerentes²⁰. Além disso, a obra de Louis Althusser viria a ser utilizada para combater o humanismo das origens da AP, influenciado pelo pensamento do “jovem Marx”. Para Althusser, enquanto no “jovem Marx” estão em evidência as questões da alienação e da autorrealização humana, no Marx da maturidade encontra-se a ciência do materialismo histórico, com suas determinações de estruturas e de classes.

O desfecho foi polarizado por duas correntes, às quais correspondiam pontos de vista divergentes sobre a estratégia revolucionária. A “corrente 1”

apresentou o “Esquema de 6 pontos”, identificado com o maoísmo, declarado como a terceira etapa do marxismo, o marxismo da atualidade. O Brasil passava a ser caracterizado como um país semicolonial e semifeudal. A revolução deveria ser de tipo nacional-democrático, por intermédio da guerra popular prolongada. Defendia-se que existira um partido de vanguarda no Brasil, que tinha entrado em degenerescência. Impunha-se a tarefa da reconstrução do partido revolucionário do proletariado. Estabelecia-se que a militância da AP fosse reeducada em um processo de “proletarização”²¹. A “corrente 2” definia a sociedade brasileira como capitalista e que a revolução deveria ter um caráter imediatamente socialista. Não aceitava a tese da terceira etapa do marxismo e recusava a política “de proletarização”. Seu objetivo era a construção de um novo “Partido de Vanguarda do Proletariado de tipo Leninista”.

Em meados de 1968, na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, prevaleceram as posições da “corrente 1” e os membros da “corrente 2” foram expulsos da AP²². Saliente-se que as duas correntes, em nome do marxismo-leninismo, rompiam com a origem da organização e tinham o objetivo de superação da “velha” AP.

Nesses primeiros anos de ditadura, a AP desempenhou importante papel na rearticulação do movimento estudantil e buscou estreitar laços com as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais. Manteve, assim, vínculos com as principais jornadas políticas de 1968. Na conjuntura imediatamente posterior à decretação do AI-5, a exemplo das outras organizações da “esquerda revolucionária”, a AP concentrou seus esforços na preparação da luta armada, por meio da estratégia da Guerra Popular. Os principais laços com movimentos de trabalhadores, a partir de 1968, estiveram ligados ao processo de “proletarização”, que entraria em declínio a partir de 1970. Também para a AP, o AI-5 teria sido uma confissão de fraqueza do regime ditatorial.

Na II Reunião Ampliada da Direção Nacional da Ação Popular, realizada em 1969, o objetivo de reconstrução do partido do proletariado foi priorizado nos debates. Uma primeira dimensão dizia respeito à transformação da AP. Aprofundando a ruptura com o passado, os documentos revelam um rito de autodestruição da AP, para reconstrução em novas bases. O documento que sintetizou os debates da II RADN, estabelecendo 12 tarefas para essa transformação, é claro: “ao mesmo tempo em que começava a morrer a velha Ação Popular, começava a nascer uma nova Ação Popular, marxista-leninista, proletária”²³.

Em contraposição ao fracionamento da esquerda, a II Reunião Ampliada definiu-se pela tese da Reconstrução do Partido Operário Unificado do Brasil, mediante redefinição das forças proletárias marxistas-leninistas, a ser orientada por estes critérios: definição e assimilação clara, teórica e prática

do marxismo-leninismo, do pensamento de Mao Tse-tung; integração junto às massas fundamentais; prática consciente da crítica e da autocrítica. O pólo principal para dirigir o processo de reagrupamento seria constituído pela AP e pelo PCdoB, criados em 1962, aptos a desempenhar as tarefas exigidas pela terceira etapa do marxismo. Apontava-se o cenário de unificação entre essas duas forças, que poderia ocorrer por intermédio de uma fusão e surgimento de um terceiro partido ou pelo destacamento de um pólo principal aglutinador, hipótese considerada mais provável. No curso do debate, porém, surgiram questionamentos sobre a origem do PCdoB. Tratava-se do antigo partido marxista-leninista, reorganizado e depurado do “revisionismo” que tomara conta do PCB, ou se tratava de uma organização nova, nascida de suas dissidências?

Abriu-se uma nova fase de luta interna. Por um lado, surgiram questionamentos à interpretação do Brasil como um país semifeudal e semicolonial e à concepção da revolução nacional-democrática. Para a ala que formulava essas questões, tornar-se-ia necessário construir um partido de tipo inteiramente novo. Por outro lado, dirigentes da AP aproximaram-se do PCdoB e viriam a defender a incorporação a esse partido. Nesse caso, havia afinidade quanto ao caráter da revolução, definida como nacional-democrática.

Em 1971, houve uma etapa importante da disputa interna, por ocasião da III Reunião Ampliada da Direção Nacional. A partir desse momento, a AP passou a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista – APML. A resolução dessa reunião, configurada no *Programa básico*, foi considerada pelas partes em disputa como uma espécie de solução de compromisso. Foram incorporados aspectos das posições que polarizavam o debate em curso e as definições últimas foram remetidas à realização do II Congresso da AP, a ser convocado.

Quanto ao tema nevrálgico, no *Programa Básico*²⁴ lê-se que o objetivo era construir um partido de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maioísta. Levava-se em consideração que, no Brasil, existiam um partido marxista-leninista, o PCdoB, e outras forças marxistas-leninistas. A proposta foi contundentemente repelida pelo PCdoB.

As disputas internas se acirraram. Embora houvesse nuances, a divergência principal pode ser resumida em dois pólos, em torno dos quais gravitaram posições intermediárias²⁵. Formou-se, na direção da APML, uma maioria favorável à incorporação ao PCdoB, com base na afinidade de programas e no reconhecimento de que ele seria o partido histórico da classe operária, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. Outra ala sistematizou a visão da revolução imediatamente socialista e a necessidade da constituição do partido inteiramente novo, próprio da etapa vivida pelo marxismo.

Com o aquecimento da disputa, a chamada maioria destituiu os líderes da outra ala – Jair F. Sá e Paulo S. Wright - de seus cargos de direção e, em seguida, expulsou-os da APML, acusando-os de fracionismo. Para consumir a incorporação, promoveu-se, também, depuração de posições, reconhecendo a primazia do PCdoB e de sua estratégia política. Para os que seguiram esse caminho, o II Congresso, anteriormente pensado para definir as divergências, teria perdido sua função. Por causa do recrudescimento da repressão, seria arriscado realizá-lo para tomar uma decisão já consolidada. Em 1973, a chamada maioria declarou extinta a APML e incorporou-se ao PCdoB.

A outra ala, citada como minoria, acusou a primeira de tentar liquidar a história da APML, de valer-se de maiorias ocasionais e de não respeitar os protocolos internos para a tomada de decisões. Fundamentalmente, procurou reorganizar a APML. Na verdade, antes que se consumasse a incorporação de uma ala ao PCdoB, os dois agrupamentos reivindicariam o nome da organização. Não houve formação de um pólo operário nem de um novo partido, como se debatia no início. Tampouco a APML se fundiu ao PCdoB. Houve, objetivamente, a incorporação de militantes àquele partido.

Essa fronteira é um dos marcos de disputa de memória. Para militantes que se incorporaram ao PCdoB, fechara-se, em 1973, o ciclo de existência da AP. Ao aderirem ao PCdoB, abraçaram também sua história e passaram a contar a história da AP pela ótica de seu novo partido²⁶. O setor remanescente vai se referir ao episódio da expulsão dos dirigentes como a “cisão de setembro/outubro de 1972”. Esses militantes procuraram manter a organização, disputar a memória dos fatos da luta interna e defender a correção da linha política que representavam. Na sequência, atualizariam sua leitura sobre os marcos da história da organização, que foi reconstituída e teve existência até 1981, quando participou do processo de fundação do PT.

A reconstrução da APML

Logo após a cisão, com relativa dispersão, sobrevivera militância da APML em uma faixa territorial que ia do Rio Grande do Sul ao Nordeste²⁷. As dificuldades, entretanto, não eram pequenas. No final de 1972, ocorreram várias iniciativas, como a constituição de um Núcleo Executivo Provisório. Em dezembro desse ano foram fixadas diretrizes para a reconstrução da organização. Dimensão central adquiriu o debate a respeito da elaboração sobre a revolução socialista no Brasil. Tomando como base a experiência precedente, afirmou-se a existência de uma Tendência Proletária no seio da esquerda brasileira, à qual correspondia um acúmulo político.

Enquanto esses temas tomavam conta das instâncias em reconstrução, a questão da segurança se impunha, em razão do recrudescimento da repressão. Na segunda metade de 1973, os tentáculos do aparato repressivo provocaram uma série de “quedas” de militantes da APML, atingindo, inclusive, Paulo S. Wright, um dos dois principais expoentes da reconstrução, liderança que compartilhava com Jair F. de Sá.

Se a APML saíra fragilizada da cisão então sofrida, essas quedas tiveram impacto acentuado em sua reconstrução. Some-se, ainda, o golpe militar do Chile, que abalou a principal base no exterior. Em dezembro de 1973, o *Boletim 5* mescla certo otimismo com uma análise sincera sobre as fragilidades então vividas:

Continuamos uma O[rganização]. pequena e fraca do ponto de vista de nossa capacidade de interferência na realidade, e ainda estamos longe de sermos uma O. estável politicamente, porque a nossa coesão em termos programáticos não existe mais que embrionariamente (...). Mas é importante perceber os avanços dados nesse período, particularmente no interior, onde a O. se reconstrói solidariamente (...).

Retrato desse período foi fornecido por um documento elaborado em 1977, destinado ao debate interno: “A dispersão política e orgânica que se seguiu à cisão em fins de 1972 e que se acentuou com as quedas de 1973, transformou a organização – de organização nacional que era – em uma federação de núcleos desvinculados uns dos outros”²⁸.

As tarefas de reconstrução se desdobrariam nos anos imediatamente posteriores, com foco nas atividades internas e na dos próprios exilados. O *Boletim Central 8*, de julho 1974, de responsabilidade da Direção Geral, procede a uma avaliação do período, tomando como baliza as diretrizes fixadas pelo Pleno de dezembro de 1972. Avalia que, nesse intervalo, teria ocorrido pouco avanço nas questões programáticas e estratégicas. Nesse aspecto, o balanço é “lamentavelmente negativo”. E alerta para os riscos de desagregação que tal indefinição acarretava: “Pois é impossível para uma O. revolucionária sobreviver por muito tempo com o nível de indefinições que possuímos em temas de tamanha importância”²⁹.

Sobre a construção da Tendência Proletária, a avaliação é relativamente positiva. Teriam sido obtidas vitórias na incidência sobre grupos independentes, no interior e no exterior. Em contrapartida, aponta deficiências na condução do objetivo central: “o problema principal da TP está na construção de um pólo político e organicamente estável, capaz de se converter no núcleo do futuro partido da classe operária e que, para a solução desse problema, contribuímos muito pouco”³⁰.

No capítulo sobre perspectivas, o boletim faz uma indagação sobre a pertinência de a APML permanecer como organização autônoma:

Nesse ano e meio que nos separa do Pleno ocorreram diversas transformações na realidade, tanto da O., como da TP, do MO [Movimento Operário] e da conjuntura política mais geral. (...) Levando em conta as transformações da TP, que não foram corretamente acompanhadas pela O., pelas razões apontadas no balanço, a reanimação que vive o movimento operário, o fato de que o militarismo encontra-se liquidado como tendência e nossa presença já não é tão importante enquanto pólo para seus remanescentes, persistir na nossa reconstrução como O. independente pode não ser o caminho mais adequado para acumularmos forças de forma mais efetiva para a construção do P[artido].³¹

A APML não perderia sua existência independente, mas sua intervenção, na conjuntura próxima, estava toda pautada pela construção da Tendência Proletária. Desde o final da década anterior, como se viu logo atrás, havia precedentes que indicavam a necessidade de arregimentação de forças das novas organizações de esquerda, questão sustentada pela ala que veio a manter a organização da APML.

Nessa fase da década de 1970, havia um movimento autocrítico bastante intenso, que era comum a várias organizações de esquerda. Em incisiva reavaliação daqueles anos, um documento da APML fornece o seguinte balanço, extensivo ao que denomina Esquerda Revolucionária - ER.

Centenas de mortos, milhares de presos, perseguidos e exilados, O[rganização]s completa ou parcialmente destruídas, sem respaldo efetivo em nenhum setor social, esse é o saldo dos anos negros desse período, num processo que atinge, de forma diferenciada, o conjunto da ER, cada uma das suas distintas vertentes. Pois apesar das linhas políticas que entrecortavam serem diferentes, nenhuma corrente ou O. da ER consegue escapar à derrota, à medida que todas elas tinham em comum uma mesma base de classe, que se manifestava no seu voluntarismo, no seu distanciamento com relação à dinâmica viva do movimento e particularmente da classe operária, e no dogmatismo de suas formulações.³²

Essa autocrítica radical deveria tomar como baliza o marxismo revolucionário e a dinâmica concreta do movimento de massas e da classe operária. Desenvolveu-se, assim, a tentativa de constituição da Tendência Proletária, com organizações que também se encontrassem em fase de autocrítica. Tra-

tar-se-ia de um amplo campo, composto por um conjunto de organizações, frações e grupos independentes e até comunistas isolados³³.

Nessa perspectiva de reaglutinação da esquerda, houve aproximação de algumas organizações na intervenção junto ao movimento social. Na conjuntura de meados da década de 1970, a APML, aliada aos remanescentes de outras organizações, compôs os chamados “grupões”. Um dos focos de intervenção era o movimento estudantil, que se encontrava em processo de rearticulação. Corolário desse processo foi a constituição da tendência “Refazendo”, em que a APML chegou a exercer hegemonia em algumas localidades.

Com o objetivo de constituir a Tendência Proletária, a APML aproximou-se do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), do MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) e da PO (OCML/PO – Organização de Combate Marxista-Leninista/Política Operária)³⁴. Um dos resultados foi a publicação da revista *Brasil Socialista*, editada no exterior e divulgada no Brasil, que tinha como divisa, expressa em seu frontispício, “organizar a resistência dos trabalhadores e construir o Partido Revolucionário do Proletariado”. A revista veiculava textos doutrinários e de intervenção conjuntural.

Em 1976, o processo de reconstrução da APML atingiria um patamar mais elevado. Em fevereiro desse ano, foi constituído o Núcleo Provisório de Reorganização Nacional. Considerou-se que a reorganização da APML estava consolidada em 1977, quando foram aprovados o estatuto e a política de finanças. No estatuto, era reafirmada a identidade com o marxismo-leninismo, definido como “doutrina científica e em constante desenvolvimento criador”.

Nesse ano de 1977, a conjuntura nacional foi marcada pelas manifestações de rua do movimento estudantil. A APML avaliou os acontecimentos e circunscreveu qual era o objetivo nessa frente de lutas, da qual vinha participando. Compreendia que as manifestações estudantis expressaram o descontentamento do povo com a crise econômica e política, assumindo um conteúdo antiditatorial e aprofundando o desgaste do regime. Considerava dramática a ausência de um movimento operário e popular forte nesse processo, mas fazia um prognóstico de que esse movimento estava em fase de rearticulação, por intermédio das oposições sindicais, entidades de bairros e organismos ligados à Igreja.

Ao mapear as tendências de vanguarda do movimento estudantil, a APML posicionava-se e identificava-se. Contra o “reformismo” do PCB e do PCdoB e “o aventureirismo pequeno-burguês” dos trotskistas, afirmava-se a Tendência Proletária, em que se destacava sua unidade de ação com o MR-8:

Esta corrente se identifica basicamente pela definição comum do caráter socialista da revolução, pela definição do ME [movimento estudantil] como

força auxiliar da classe operária (força principal), pela defesa de dois eixos táticos centrais de luta – pelas liberdades democráticas e por melhores condições de vida e de trabalho e por uma prática voltada para o trabalho com as amplas massas estudantis.³⁵

No processo de construção da Tendência Proletária, a APML manteve relações privilegiadas com o MR-8, fato que levou ao objetivo de pautar a fusão entre as duas organizações. Mas as relações vieram a se deteriorar. No final de 1977, a APML enviou um documento ao Comitê Central do MR-8, em resposta a uma carta que recebera, fazendo um resgate da história dessa relação e abordando a natureza dos impasses então vividos, matizados por sua ótica.

Esse documento situa que, a partir de 1972 e 1973, as duas organizações, em processo de autocrítica, estabeleceram contato. Embora ambas sofressem com a ação da repressão, foi possível, no exterior, uma relação mais estreita, da qual resultou a publicação da revista *Brasil Socialista*. A conjuntura política posterior à eleição de 1974, em que o MDB saiu fortalecido, incidiu sobre o processo de constituição da Tendência Proletária. Enquanto as duas outras organizações (MEP e PO) aprofundavam seu doutrinário, diferente foi a reação da APML e do MR-8:

Face às eleições de 74, nossas O.s assumem conjuntamente também uma posição inteiramente nova no interior da esquerda revolucionária brasileira: a de participar ativamente do processo, mantendo os objetivos revolucionários de denúncia da farsa eleitoral e dos P[artido].s políticos consentidos, e abrindo a hipótese de eventualmente apoiar um ou outro candidato que se compromettesse com uma plataforma de lutas mínima de conteúdo antiditatorial (...).³⁶

Teria sido criada uma conjuntura de aproximação e de aliança privilegiada entre as duas organizações, ditada por sua visão comum de intervenção no movimento de massas. Intensificaram-se os debates entre as direções, ocorreu interpenetração nos processos políticos, surgiu uma imprensa comum, ocorreu divisão de tarefas em frentes de trabalho³⁷. Entretanto, o documento fez autocrítica da precipitação e do voluntarismo que teriam norteado o comportamento das organizações, nesse processo de unificação das forças e construção conjunta. A evolução da conjuntura e a intervenção política concreta tinham ressaltado diferenças e contradições que deveriam ser superadas. No momento em que elaborou esse documento, a APML entendia que havia apenas confluências táticas entre as duas organizações.

As divergências tinham ficado explícitas por causa do conteúdo do documento, emitido pelo MR-8, “Socialismo e liberdades democráticas”. A

APML considerava que seu posicionamento significava uma mudança de curso, encerrando graves desvios de “direita”, influenciado pelo “fetiche da democracia em geral”. A APML declarava manter-se fiel à concepção de que a luta pelas liberdades democráticas inseria-se em uma conjuntura de descenso e de resistência, servindo ao acúmulo de forças no rumo da constituição da força social revolucionária e do partido de vanguarda. As polêmicas entre as duas organizações seguiram na conjuntura próxima. A distância política, apesar da evocação do objetivo de construir a Tendência Proletária, só se acentuaria. Na conjuntura da abertura política, as diferenças fariam com que o MR-8 reforçasse o MDB.

Em março de 1978, o Secretariado Nacional da APML, com vistas à preparação da IV Reunião Ampliada Nacional, editou um longo documento, constituído de uma análise da conjuntura nacional, do passado recente da esquerda revolucionária e de debates sobre a reconstrução partidária, assim como da definição de objetivos táticos e estratégicos³⁸.

O documento saúda a retomada das lutas de massas, particularmente do movimento estudantil. Aponta que o movimento operário e popular dava sinais de reanimação, com clara tendência de crescimento e generalização de suas lutas. Em compensação, a vanguarda social da classe operária se encontraria dispersa e desorganizada politicamente. Adverte que a conjuntura também ensinaria a retomada da iniciativa da oposição liberal e do fortalecimento, nos movimentos de massas, das vertentes populistas e reformistas, adeptas da “tendência a reduzir a luta agora à conquista da democracia, deixando para depois a questão do socialismo e da organização independente da classe, diluindo-as agora num vasto ‘bloco democrático’”³⁹. Esse “desvio de direita” teria atingido o MR-8 e mesmo um setor minoritário da APML.

O fato de não existir o partido revolucionário aparecia como uma grande limitação para a intervenção na conjuntura aberta. Era preciso acumular forças para proceder à fusão da vanguarda social, embrionária, e a vanguarda ideológica dispersa em várias organizações. A APML declarava manter-se em concordância com o princípio que levava às articulações em favor da Tendência Proletária, expresso no primeiro número da revista *Brasil Socialista*, segundo o qual nenhuma organização tinha condições de fazer, isoladamente, o salto de qualidade da construção do partido revolucionário e seu programa. A rigor, “nossa tática é uma tática socialista que visa à acumulação de forças, buscando efetivar nossos objetivos estratégicos revolucionários socialistas; não contém nenhuma outra etapa estratégica até o socialismo”⁴⁰.

Diversas mediações, interligando o objetivo de construção partidária, são estabelecidas. Era preciso constituir uma oposição popular e de massas, subtraindo a hegemonia que a oposição burguesa pudesse exercer. Entretanto,

to, deveriam ser constituídos pólos socialistas nos movimentos de massas, promovido o fortalecimento político e orgânico das organizações que compunham a Tendência Proletária e realizada a mais profunda propaganda da alternativa socialista para o Brasil.

Os pólos socialistas nos movimentos de massas deveriam obedecer a uma articulação mais ampla de uma “corrente socialista”. Não deveria haver confusão com a organização de um partido socialista, que era debatida por outras forças, como a esquerda do MDB. Essa corrente socialista não deveria, imediatamente, visar nenhuma institucionalização ou legalização. Seria mais adequado explicitar, dentro do MDB, uma tendência socialista, adaptada às circunstâncias.

Adverte que a criação de um partido social-democrata que chame a si mesmo de socialista poderia ser uma encenação da burguesia para esvaizar a emergência de um partido revolucionário. Entretanto, não descarta a possibilidade de que o surgimento de um partido, em condições reais e não sonhadas, possa ser um passo à frente na situação vivida. Nesse caso, caberia participar dele e organizar uma ala esquerda em seu interior.

Quando elaborou o documento de preparação da IV RNA, a APML vaticinou a ascensão dos movimentos sindicais. Em momentos anteriores, também havia essa sinalização, embora as evidências fossem menos substantivas. Mas a rearticulação existia, gestada pelos trabalhadores. Em 1978, eclodiram movimentos de impacto nacional, como os promovidos pelos metalúrgicos do ABC paulista, emblema da emergência do chamado “novo sindicalismo”. Esse vigoroso movimento sindical incidiria sobre a pauta da abertura política e da reforma partidária, servindo de suporte à constituição do Partido dos Trabalhadores.

A reorganização partidária e o PT

Em 1979, houve as principais articulações que culminariam na fundação oficial do PT, fato consumado em fevereiro de 1980. Entretanto, em 1978, como salientou Margareth Keck, “a previsão de uma reforma na legislação sobre os partidos estimulou debate generalizado entre os intelectuais da oposição sobre os tipos de novos partidos políticos que melhor contribuiriam para estender e aprofundar a democratização do Brasil”⁴¹. No leque descrito pela autora, o debate abarcava a proposta – apresentada por Almino Afonso – de um Partido Popular de horizonte socialista, a “revivescência do PTB, uma frente popular, a formação eventual de um partido dos trabalhadores e a manutenção do MDB como uma alternativa que continuava a ser viável”⁴².

Entre as forças de esquerda, o debate tinha variações. Enquanto PCB e PCdoB enfatizavam a necessidade de manter uma frente ampla antiautori-

tária, posição que os levou a reforçar o MDB, outras organizações defendiam alternativas à esquerda. A corrente “O Trabalho” apresentava a proposta do Partido Operário. A Convergência Socialista interveio em favor de um Partido Socialista⁴³. No seio da “esquerda social” representada pelo “novo sindicalismo”, o tema de criação de um Partido dos Trabalhadores emergira com as grandes greves da metade do ano. Líder sindical em ascensão, Lula o verbalizou, no final de 1978, em conferência dos trabalhadores do setor petroquímico da Bahia.

A agenda da reforma política ganhou impulso com a Emenda Constitucional nº 11, programada para entrar em vigor em 1º de janeiro de 1979, a qual restaurou alguns direitos políticos e civis e revogou os Atos Institucionais, embora mantivesse salvaguardas autoritárias.

Sobre a criação do PT, tal como o processo se desenrolou em 1979, uma cronologia aceita pela literatura especializada indica três marcos importantes. O primeiro foi o IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, que aprovou uma tese “chamando todos os trabalhadores a se unificarem na construção de seu partido”. O segundo é o lançamento da “Carta de Princípios do PT”, em 1º de maio daquele ano. A respeito dos cenários de articulação partidária, aponta as limitações do MDB e rejeita a ideia de “reviver o velho PTB de Vargas”. Dotado de uma sensibilidade anticapitalista, o manifesto defende um “partido sem patrões” e reafirma o princípio de que “a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”. O terceiro momento foi o Encontro de São Bernardo, realizado em 13 de outubro de 1979, lançamento oficial do “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores”. Propositivamente ampla, a Declaração Política aprovada esclarece que “o PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores. Única maneira de pôr fim à exploração e à opressão”⁴⁴.

A intervenção da APML nessa conjuntura decisiva foi sistematizada pela realização, em fevereiro de 1979, de sua IV RNA, enumeração que obedece à sequência histórica dos eventos da organização. A III RADN ocorrera em 1971 e, em várias conjunturas, nunca saiu de pauta o objetivo de convocar a IV RNA para atualizar a elaboração e a estratégia política.

Jorge Almeida, dirigente da última fase da APML, resumiu desta maneira as dificuldades do período anterior:

Durante vários anos, não existiu propriamente uma organização centralizada, com uma política claramente definida. Mas, mesmo assim, tendo uma militância muito sensível aos movimentos, conseguiu uma retomada de trabalhos nos movimentos estudantil, sindical e popular e, em 1978, elegeu deputados

no Rio de Janeiro de São Paulo, através da legenda do antigo MDB. Depois iniciou também uma retomada do trabalho camponês.⁴⁵

De imediato, divulgou-se que a IV RNA convocara, com prazo limite, o II Congresso, outra pendência histórica dos encaminhamentos da organização, e revogara, finalmente, o *Programa básico*, aprovado pela III RADN⁴⁶. Revisitando o passado mais remoto, a IV RNA fez autocrítica do processo de expulsão dos membros da “corrente 2”, na luta interna de 1968. Do ponto de vista da doutrina, afirmou-se que fora um erro considerar o maoísmo a terceira etapa do marxismo. O marxismo-leninismo continuaria sendo a base teórica fundamental sobre a qual deveria se sustentar o desenvolvimento da APML.

De qualquer modo, por conta do que considerava pouca inserção na luta de classes e pelo pouco domínio do marxismo-leninismo, a IV RNA concluiu que não havia condições para a formulação de uma teoria revolucionária para a construção do partido do proletariado no Brasil. Remetia o aprofundamento do debate ao II Congresso. Mantinha-se o entendimento de que havia um campo proletário na esquerda brasileira, constituído na luta contra o reformismo, o populismo e o militarismo, em defesa do caráter socialista da revolução.

A conjuntura que se vivia exigia saltos de qualidade, como o fim dos particularismos, dos regionalismos, da atomização e da dispersão, por um lado, e a constituição de organizações proletárias de dimensão nacional, por outro. Havia, porém, um grande distanciamento entre as organizações e os novos movimentos sociais. A condição para a construção do partido era a superação do fosso existente entre a “vanguarda social”, criada pelos novos movimentos de trabalhadores, e a “vanguarda ideológica”.

Na relação com o movimento de massas, propunha-se estimular formas de organização independentes, em âmbito local, regional e nacional, tanto no movimento operário como nos estudantis, de bairros etc. Para aglutinar tudo, deveria ser criada uma Frente de Mobilização Popular, composta por organizações independentes, organizações atreladas que tivessem postura combativa, entidades estudantis, personalidades políticas, setores de instituições. A condição era que tivessem assumido, ainda que parcialmente, os eixos de mobilização propostos na plataforma de lutas. De qualquer forma, não se descartava a possibilidade de alianças pontuais com a oposição liberal, que deveria ser neutralizada e não jogada nos braços da ditadura.

Para a disputa de hegemonia dentro da Frente de Mobilização Popular, formulou-se a proposta de um Bloco de Oposição Popular (BOP), aliança especial que visava “nuclear parcelas da vanguarda social do movimento popu-

lar que possam fortalecer a perspectiva da organização independente dos setores oprimidos, buscando se contrapor e surgir como alternativa de direção, no interior da frente de mobilização popular⁷⁴⁷. No plano da luta institucional e partidária, fez-se uma autocrítica das posições anteriores, que se mostraram muito limitadas, considerando que deveriam ser aproveitados ao máximo os espaços de lutas institucionais legais, evitando, contudo, convertê-los no canal principal de expressão do movimento. Uma forma de intervenção organizada seria a formação, dentro do MDB, de um Bloco de Parlamentares Populares.

A respeito do papel que poderia ser desempenhado pelo MDB, avaliava-se que este não deveria ser definido como um partido, mas como um movimento. Aprovou-se a proposta de promover filiações ao MDB, buscando uma intervenção organizada em seu interior. Não se aceitava, porém, a hipótese de tomá-lo, mudar seu caráter de classe e transformá-lo em um partido popular.

A reforma partidária estava em pauta e havia outros horizontes. O BOP deveria assumir, dentro e fora do MDB, a condição de embrião de um novo partido político. A APML deveria participar criticamente das diversas articulações partidárias em curso (PT, PTB, PS), levando a proposição de criação futura de um “Partido Popular”. Visava-se à “construção de um novo agrupamento político, de caráter ainda frentista, de luta contra a ditadura, porém sem a presença dos liberais, e com conteúdo político claramente à esquerda do MDB”⁴⁸.

Para além da intervenção na conjuntura, atualizava-se o debate sobre a construção do partido revolucionário, “tarefa grandiosa” que se colocava na ordem do dia para os comunistas, sem a qual pensar na transformação seria uma quimera. A reafirmação da necessidade da construção do partido revolucionário se fazia em enfrentamento ao revisionismo contemporâneo, à deformação dogmática do marxismo e ao pensamento social-democrata, que negavam a pertinência de sua existência. Essa resolução se batia contra a formação de um partido de assalariados, posta na conjuntura, que diluiria o caráter de classe do partido de vanguarda e o papel do proletariado. O partido a ser construído não seria “outro senão um partido marxista-leninista”⁷⁴⁹.

Jorge Almeida fez um diagnóstico detalhado da realização da IV RNA. Nessa época, havia várias tendências e opiniões no seio da organização. Não se tratava, esclareceu, de tendências organizadas, mas de opiniões diferentes sobre os temas vividos: o marxismo, o leninismo, a relação com outras forças, a tática e a estratégia. A organização mantinha-se como marxista-leninista, mas a compreensão do leninismo não estava isenta de interpretações diferenciadas. Semeavam-se debates sobre a importância da luta institucional, da necessidade do acúmulo prolongado de forças antes da ruptura final, enfim, da disputa de hegemonia. Ninguém mais assumia o maoísmo, apesar de alguns defenderem suas contribuições. Havia, ainda, posições autonomistas,

de diluição da organização. A IV RNA, em resumo, não conseguiu unificar a APML e lhe dar alento político⁵⁰.

Com o surgimento do movimento pró-PT, a crise da APML viria a se agravar. Naquela conjuntura, segundo Jorge Almeida, a construção de um partido revolucionário era entendida como tarefa a ser desenvolvida paralelamente a um partido institucional, que deveria ter um caráter popular, mas ser suficientemente amplo para incorporar o conjunto dos setores progressistas no enfrentamento com a ditadura militar⁵¹. Para atingir tal objetivo, preconizava-se, inicialmente, a constituição do Partido Popular.

No início de setembro de 1979, no contexto da edição da Lei da Anistia, Jair Ferreira de Sá, o mais emblemático dirigente da fase de reconstrução da APML, em uma espécie de rito de saída da clandestinidade, concedeu entrevista ao *Jornal da República*. Além de comentar a história da organização e suas transformações, analisou a conjuntura. De acordo com a reportagem, o enfoque do dirigente era pela criação de um partido de frente política, baseado na massa de explorados, sem perder a perspectiva da construção do partido estratégico da classe operária⁵².

Logo na sequência, tendo ficado evidente que sua proposta era inviável, o Comitê Central da APML reuniu-se e decidiu, por ampla maioria, incorporar-se ao movimento pró-PT.

Conforme mapeamento de Jorge Almeida⁵³, havia muitas divisões internas. Um setor, que foi caracterizado como “direita”, defendia a entrada no MDB. Entre os que defendiam o ingresso no PT, havia duas alas. A primeira, citada como “esquerda”, entendia o PT como um partido classista, definido em uma perspectiva socialista e revolucionária. A segunda, referida como “centro”, defendia o PT como um partido popular, mais amplo e com vocação institucional. Em cada uma dessas posições, havia defensores da manutenção da organização e também de sua diluição. Os que propunham o ingresso no MDB logo formaram uma fração, chamada Ação Comunista, que depois ingressou no PCB. Também nesse processo, um setor se desligou em direção ao MR-8.

Formalmente, a Resolução Extraordinária do Comitê Central da Ação Popular, em outubro de 1979, estabeleceu o encaminhamento. Primeiro, reafirmou o princípio de inviabilizar o projeto de reforma partidária da ditadura militar, explodindo-o por baixo, com a bandeira da mais ampla liberdade partidária. O objetivo permaneceu sendo o de acumular forças para o surgimento do verdadeiro partido da classe operária. Em poucas palavras,

A nossa proposta tática para a presente rearticulação partidária está corporificada na proposta de um partido-frente centrado fundamentalmente no

combate à ditadura militar e que congregue em seu interior as diversas correntes populares que visam o fim do regime através de sua derrubada pelo movimento de massas. Compreende o CC [Comitê Central] que a vertente principal deste partido está fora da atual institucionalidade em crise e é representada pela classe operária, corporificada nos sindicalistas autênticos. A estas vertentes se somam os movimentos populares, a pequena-burguesia assalariada, os parlamentares populares. Além destes, coloca-se como vertente, num plano inferior, o segmento autêntico dos parlamentares. São tais vertentes que devem dar o contorno de um partido popular e frentista que defendemos como alternativa que mais serve aos trabalhadores e ao povo na presente conjuntura.⁵⁴

A esses princípios, afirmados em reuniões anteriores, o Comitê Central acrescentou:

Devemos assumir imediatamente, como orientação geral e básica, participar onde houver, e tomar a iniciativa de criar onde não existir, do movimento pró-Partido dos Trabalhadores, assumindo tanto o nome como passando a participar ativamente das articulações já existentes deste movimento pró-PT, em todos os níveis.⁵⁵

A APML participaria desse movimento sem apagar eventuais divergências ou deixar de criticar os “documentos ‘Carta de Princípios, plataforma e programa’ lançados e relançados pela ‘Comissão Provisória Pró-PT, como os únicos documentos existentes como base para o debate’”. Era necessário discutir com os setores que se alinhavam com “o projeto do partido transitório sob a sigla ‘PP’, no sentido de explicar os fundamentos de nosso posicionamento em assumir a concepção do partido popular dentro do movimento Pró-PT e buscar fazer com que eles também o façam”⁵⁶. Dever-se-ia trabalhar para, com as forças que não haviam aderido, construir a unidade popular com o PT e, em seguida, dentro do PT.

Em janeiro de 1980, o Comitê Central fez circular um documento, aprovado em sua reunião extraordinária de outubro, em que detalhava os posicionamentos sobre a adesão ao Movimento Pró-PT. O título, em si mesmo, era revelador: “Avançar na construção de um Partido Popular aderindo ao Movimento Pró-PT”. Explicava:

Lutamos por uma concepção e não pelo nome. Ou seja, em havendo a evolução política dos que defendem a proposta de PT, a unificação deste setor com os que propõem hoje o PP não pode ser obstaculizada em torno de qual seria

a sigla assumida pela alternativa partidária. Nesse sentido, o nome PP não é uma questão de princípio e deveremos até estar abertos a abrir mão do nome se isto facilitar a unificação.⁵⁷

No rápido processo que levou à adoção desse posicionamento foram feitas críticas a algumas tendências, detectadas pelo olhar da APML, de desenvolvimento do PT, que iam de uma perspectiva social-democrata, apta a promover a conciliação do capital com o trabalho, a uma concepção doutrinária, que lhe atribuía um caráter estratégico, passando por um viés obreirista, que o colocava como um partido da estrutura sindical⁵⁸.

Por seu turno, a organização procedeu a uma revisão sutil de sua compreensão das dimensões tática e estratégica do novo partido. Afirmava-se a correção de se contrapor àqueles que o colocavam como partido estratégico, mas entendia-se que deveria ser evitado o desvio oposto:

O de negar qualquer caráter estratégico às propostas táticas, colocando um corte entre ambos e, mais grave ainda, como se concebêssemos a construção do partido estratégico através apenas de um processo de fusão e aglutinação de Os. de vanguarda clandestinas, desvinculando-as de sua intervenção no movimento vivo e de sua fusão com a vanguarda social real existente.⁵⁹

Reconhecia que o Movimento Pró-PT apresentava elementos novos e fundamentais à formulação sobre a construção do partido da classe operária no Brasil. Primeiro, porque desnudava a pretensão daqueles que já se consideravam o partido da classe, como o PCB e PCdoB, fratura exposta pelo movimento dos trabalhadores e sua vanguarda social. Segundo, porque negaria, concretamente, a concepção, da qual a APML tinha sido tributária, de que “primeiro se organizaria o núcleo do partido clandestinamente e depois se coopta a vanguarda da classe”⁶⁰. No PT, haveria as condições para a fusão da vanguarda ideológica com a vanguarda social.

Sobre a relação entre os planos tático e estratégico, finalizava:

Assim, a colocação correta é a de que se o Movimento Pró-PT não é o núcleo do partido estratégico, porém a construção do partido estratégico passa também pelo enfrentamento de questões táticas concretas na luta aberta travada pela classe operária e sua vanguarda social, e isso, no momento, nos remete ao Movimento Pró-PT como principal pólo aglutinador na conjuntura dessa vanguarda social emergente. Nesse sentido, a questão do partido tático tem também secundariamente um aspecto estratégico que não pode ser negado,

mas que, ao contrário, deve ser assumido como ponto de partida inclusive para combater aqueles que o colocam já como partido estratégico.⁶¹

E exortava:

Devemos portanto assumir o Movimento Pró-PT enquanto nome e articulação nacional, prosseguindo a luta dentro e fora dele no sentido de vir a construir o partido necessário hoje. Isto implica em ao mesmo tempo travar a luta dentro do Movimento Pró-PT no sentido de isolar as concepções doutrinárias e estrategistas aí presentes ainda com certo peso e travar a luta com os setores populares que estão fora do Movimento Pró-PT e que defendem no fundamental uma concepção de partido popular no sentido de que venham a assumir também o Movimento Pró-PT como principal articulação capaz de concretizar tal partido hoje.⁶²

Os documentos sistematizam posições coletivas, mas não dão conta das particularidades. Com o objetivo de ampliar o olhar sobre esse cenário, merecem citação duas situações emblemáticas. O deputado Geraldo Siqueira, ex-líder estudantil ligado à tendência Refazendo e integrante da APML, eleito em 1978 pela legenda do MDB, revela: “eu tinha a posição de formar o PT, mas não queria fazer isso sem que a base de apoio eleitoral, que tinha sido muito da AP, do MEP, fosse consultada”⁶³. Pelos dados divulgados por Margareth Keck, Geraldo Siqueira anunciou seu apoio em 16 de janeiro de 1980. Juntamente com outros deputados estaduais do campo popular, filiou-se em fevereiro⁶⁴.

Outro exemplo é o do lendário líder camponês Manoel da Conceição, que decidiu participar ainda no exílio. Em depoimento recente, revela que, tão logo tomou contato com os debates acerca da criação de um partido de trabalhadores, abriu correspondência com Lula. Chegou do exílio em 9 de outubro, pouco antes da reunião de lançamento do “Movimento pelo PT”, da qual participou: “eu fui para uma reunião no ABC paulista, (...) lá eu pedi meu engajamento na construção do PT”⁶⁵. Integrou a comissão provisória então constituída e o primeiro diretório do PT. Antecipou a decisão da APML, pois, segundo esclarecimento de Franklin Oliveira Júnior, “a organização não tinha ainda definido posição quando Manoel da Conceição entra no partido, convidado pelos seus principais articuladores para o Diretório Nacional”⁶⁶.

Em fevereiro de 1980, finalmente, ocorreu a fundação do PT e lançou-se um manifesto. Seus princípios seriam incorporados pelo programa aprovado pela Reunião Nacional de Fundação do PT, em 1º de junho de 1980. Tal programa, entrelaçando as tarefas do presente e do futuro, estabelecia:

A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do país. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados.

Quanto ao método de elaboração e construção política, o programa afirmava: “nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores”⁶⁷. Essa relação condicionaria a definição das questões mais amplas: “O desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindical e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social”⁶⁸.

Em seu discurso na 1ª Convenção Nacional do PT, realizada em 1981, Lula sintetizou a problemática da definição ideológica, tal como vista pela hegemonia que conduzia o partido. Abordando qual era o projeto de socialismo defendido pelo PT, Lula enfatizou o objetivo de distanciá-lo da social-democracia e do paradigma do chamado socialismo real:

Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.⁶⁹

O projeto socialista do PT, recusando essas duas vertentes e comprometido em forjar um caminho alternativo, estaria em construção. No citado discurso, Lula dizia:

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. [...] O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT.⁷⁰

A diversidade de forças na composição do PT denota que se tratava, aos olhos das partes envolvidas, de um projeto em disputa. Daí os debates, estabelecidos principalmente pelas organizações remanescentes da década de

1960, entre as quais se incluía a APML, sobre sua dimensão tática ou estratégica. O PT forjou uma linha política em que a indefinição do projeto era deliberadamente assumida, em nome de um método de autoconstrução.

Em seu 7º Encontro Nacional, realizado em 1990, ao promover um balanço de sua experiência, o PT resumiu sua gênese desta maneira:

Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.⁷¹

O ideário do partido não expressaria – segundo os termos do referido documento – unilateralmente nenhuma dessas referências doutrinárias. As diferentes doutrinas conviveriam “em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta”. Em suma, o PT seria um partido laico, sem doutrina oficial, “uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade”⁷².

Tal balanço foi consolidado em uma conjuntura distante, quando a própria configuração das tendências políticas verificada na origem do PT tinha sofrido alterações e se consolidara uma hegemonia construída a partir do núcleo dos sindicalistas, por intermédio da corrente Articulação.

Entretanto, a APML não sobreviveria como organização para disputar essa definição. Na IV RNA, foi eleito um Comitê Central, o primeiro desse período de reconstrução. Mas, em maio de 1980, decidiu-se suspender a aplicação do centralismo na APML, “constatando a total impossibilidade político-ideológica de centralização da nossa O.”. A previsão era de que a reunião fosse avançar na “resolução da situação de fracionamento interno e aprovação de posições políticas mínimas sobre conjuntura e tática”. Com o agravamento da crise interna e a constatação de que seria impossível manter aquele caráter, a reunião do Comitê Central passou a ter “como objetivo central a deflagração de um processo de congresso a curto prazo como meio mais eficiente e democrático para buscar a solução de nossa atual crise política e orgânica”⁷³.

Embora fosse evidente a fragilidade organizativa, ou talvez por isso mesmo, dessa vez a meta foi cumprida. Em outubro de 1980, finalmente se realizou o II Congresso. A pauta se concentrava nos debates de conjuntura e tática e construção partidária. O I Congresso, realizado em 1963, foi o de fundação da organização. O segundo, tardio, ocorreu pouco antes de sua dissolução. Quando foi colocado em pauta, muitos anos antes, deveria concluir o debate sobre o partido de vanguarda. No momento em que se realizava,

essa pendência se mantinha, mas a conjuntura política era muito diferente e a fragilidade organizativa era evidente. Conforme testemunho de Franklin Oliveira Júnior, que participou do II Congresso como delegado pela Bahia, além da grande diversidade de posições, os debates tiveram um

forte cunho emocional. Há quem se retire durante o Congresso, alguns propõem pura e simples extinção da organização, mesmo que para agrupar-se no PT sob uma tendência. O partido aparece com várias promessas para os comunistas revolucionários. (...) Em termos de deliberações do II Congresso da AP sai um documento muito genérico e a constituição da CNP.⁷⁴

A Comissão Nacional Provisória (CNP) funcionou, precariamente, até 1981, desarticulando-se por si própria. Em resumo sobre o legado do II Congresso e os últimos dias da organização, observa Jorge Almeida, membro da CNP:

O Congresso não adotou praticamente nenhuma resolução, à parte de definir a participação na construção do PT sem espírito utilitarista de autoconstrução. E foi integrada uma coordenação nacional sem poderes de centralização. Na prática, a organização deixou de funcionar, com cada grupo de militantes aplicando sua linha. Esta Coordenação se reuniu cerca de três vezes e se liquidou. Assim terminou a Ação Popular, sem nenhuma decisão formal ou disputa pela sigla, como ocorre em outros casos.⁷⁵

Considerações finais

No leque das forças que interagiram na formação do PT, a APML está incluída no leito das organizações marxistas-leninistas egressas do período da luta armada. Naquele período, a APML passara pelo que seus remanescentes chamavam de “cisão”, tinha feito autocrítica da militarização da política ocorrida no período anterior e, agora, relacionava-se com uma conjuntura caracterizada pela ascensão dos movimentos sociais e dos trabalhadores. Procurando forjar um projeto revolucionário para os novos tempos, sua elaboração política, descrita sumariamente nas páginas anteriores, articulava a luta nos espaços institucionais com objetivos estratégicos.

No período de reformulação partidária, elaborou a proposta do Partido Popular, cujas balizas referenciaram sua adesão ao Movimento Pró-PT. Se sua concepção estratégica ia além do PT, cumpre reconhecer que, desde que incorporou o marxismo-leninismo como referência ideológica e ao seu próprio nome, também não teve mais um projeto exclusivo para si. Em sua fase de reconstrução, seus documentos, recorrentemente, referiam-se à “esquerda

revolucionária”, à “tendência proletária”. Não considerava que a definição da estratégia revolucionária fosse monopólio de uma organização ou de uma corrente política.

Nessa conjuntura de formação do PT, preservados os elementos que lhe conferiam identidade, o universo político da APML não era monocromático. Daí o fato de vários militantes, quando se afunilou a definição pela reorganização partidária, terem seguido orientação política diversa, não se incorporando ao PT. É possível, assim, encontrar herança da AP ou APML em outras legendas. A tentativa de estabelecer uma intervenção centralizada deparava com essas nuances e com as fragilidades organizativas, culminando em sua dissolução logo no início do PT.

Quando se considera sua história mais amplamente, outros fatos se agregam ao universo de análise. Primeiro, ex-militantes ligados à antiga “corrente 2”, expulsos em 1968, participaram da fundação do PT, caso de Vinicius Caldeira Brant. Segundo, entre os agentes políticos que participaram desse processo de fundação destacavam-se militantes formados nos trabalhos da Igreja Popular, inspirados na Teologia da Libertação, cujo desenvolvimento foi influenciado pela práxis da esquerda católica que contribuiu para a formação da AP. Na resolução sobre o socialismo aprovada em seu 7º Encontro Nacional, o PT ressalta, entre suas forças constituintes, “os marxismos vários” e “o cristianismo social”. Ora, no início da década de 1960, a Ação Popular antecipou o PT nessa convivência e na busca de uma síntese política de referências diversas.

Com efeito, muitos dos elementos constituintes do projeto petista, anunciados em sua gênese e elaborados em documentos posteriores, foram antecipados pela formulação política que deu origem à Ação Popular, traduzidos em seu *Documento base*: o deslocamento do socialismo como necessidade histórica e o estabelecimento de sua relação com o humanismo; o objetivo de constituir uma alternativa às experiências do socialismo real e da social-democracia; a não-existência de uma doutrina oficial e a presença de um pluralismo doutrinário; a pretensão de elaborar um projeto original, baseado na síntese desse pluralismo; a perspectiva de ser um processo de autoconstrução do projeto político, em relação direta com os movimentos sociais.

Não se pretende dizer que a APML, ao se incorporar ao Movimento Pró-PT, estivesse voltando às suas origens. Se há analogias possíveis, é claro que há diferenças substantivas, estabelecidas pela práxis de cada organização e pela conjuntura em que se inserem. Na síntese que se dispunha a realizar, o PT incorporava, em um movimento dialético, a experiência da esquerda revolucionária, seus sonhos e suas autocríticas, além, é claro, da problemática dos movimentos que lhe deram origem. Nesse processo de renovação da es-

querda, ocorrido no final da década de 1970 e início da de 1980, quando da fundação do PT, os remanescentes da APML, que já não tinham identidade com sua origem, representavam, mesmo em processo de autocrítica, com nuances que variavam internamente, a herança da tradição marxista-leninista.

RESUMO

Este artigo analisa a relação da organização política Ação Popular Marxista-Leninista (APML) com o processo de formação do Partido dos Trabalhadores, fundado em fevereiro de 1980. Além de analisar a elaboração política da APML nessa conjuntura, o texto procura resgatar sua história, iniciada na primeira metade da década de 1960, e destacar as transformações políticas por que passou, como forma de fornecer parâmetros para entender a singularidade de sua relação com aquele processo de reformulação partidária.

PALAVRAS-CHAVE

Ação Popular Marxista-Leninista; Partido dos Trabalhadores; Maoísmo no Brasil; Esquerda católica.

ABSTRACT

This article analyses the relations between a political organization called Ação Popular Marxista Leninista (APML) and the formation of the Worker's Party (PT), created in February 1980. It analyses how APML elaborated its discourses and actions in that conjuncture; offers an overview of its history since the first half of the 1960's, and gives a particular attention to the political transformations of the organization. It aims to establish some parameters to understand the singularities APML's relations with Brazilian party system's reformulation.

KEYWORDS

Ação Popular Marxista Leninista; Worker's Party; Maoism in Brazil; Catholic left.

NOTAS

¹ Este artigo condensa questões desenvolvidas em pesquisa de pós-graduação do autor. DIAS, Reginaldo Benedito. *A Cruz, a foice e o martelo e a estrela. A tradição e a renovação da esquerda na experiência da Ação Popular*. Assis, 2004. Tese (Doutorado em História).

² Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Contato: reginaldodias13@gmail.com

³ AZEVEDO, Clóvis Bueno. *A estrela partida ao meio: ambiguidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995, p.67- 68.

⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia* v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 506.

⁵ REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989

⁶ Considerava-se como revisionismo clássico o ocorrido no seio do Partido Social-Democrata alemão, no final do século XIX, quando Eduard Bernstein propôs uma estratégia de reformas como caminho ao socialismo.

⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 197.

⁸ O PCdoB reivindicaria e disputaria, além do nome, a história e os símbolos do antigo partido. SALES, Jean Rodrigues. “O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política”. *Diálogos*. UEM-Maringá, 2002, v. 6, p. 155-171. Disponível em < <http://www.dialogos.uem.br/viewissue.php?id=6> >. Acesso em 21 jan.2009.

⁹ OUZA, Luiz Alberto Gomes de. “A política e os cristãos”. In BOFF, C. *et alii*. *Cristãos: como fazer política*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 101.

¹⁰ SOUZA, Herbert. *et alii*. *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1976.

¹¹ Estudo sobre a experiência da AP no Paraná apontou interseção com a Juventude Democrata Cristã. Os vínculos orgânicos não eram fortes, mas a JDC alinhava-se com a AP nas questões nacionais do movimento estudantil. Cf. DIAS, R. B. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003. Outra vertente foi a do protestantismo, salientada pelo relevo da atuação de Paulo S. Wright, de formação presbiteriana, no final da década de 1960 e início da seguinte. Cf.: WRIGHT, Delora Jan. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

¹² AÇÃO POPULAR. *Documento base*. In LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes: 1979, p. 142.

¹³ *Idem*.

¹⁴ *Ibidem*, p. 137.

¹⁵ Sobre a atuação da AP nesse período, ver GAVIÃO, Fábio Pires. *A “esquerda católica” e a Ação Popular na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. Campinas, Unicamp, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

¹⁶ GONTIJO, Ricardo. *Sem vergonha da utopia. Conversas com Betinho*. Petrópolis: Vozes, 1989.

¹⁷ SOUZA, H. Entrevista. *Teoria e Debate*. São Paulo, nº 16, 1991. Esta entrevista também pode ser encontrada em AZEVEDO, Ricardo de e MAUÉS, Flamarion. (Orgs.). *Rememória: Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 241-257. Nos vários depoimentos e entrevistas que concedeu, Herbert de Souza consolidou uma visão bastante ácida sobre essa transformação

vivida pela AP. Analisei sua interpretação em DIAS, R. B. “A história da Ação Popular nas memórias de Herbert de Souza”. *Diálogos*, v. 11, nº 3, 2007, p. 163-198. Disponível em <www.dialogos.uem.br>. Acesso em 21 jan. 2009.

¹⁸ AÇÃO POPULAR. *Histórico da AP*. 1966.

¹⁹ AÇÃO POPULAR. *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*, 1967, p. 14. O documento *Autocrítica da Direção Nacional* estima que, no início desse debate, havia cinco alas internas. Duas delas seriam antimarxistas, adeptas da sobrevivência do reformismo na organização. As outras variavam em sua assimilação do marxismo. A contradição principal seria entre reformistas e revolucionários. A resolução do DTI volta-se contra os antimarxistas.

²⁰ Essa transformação da AP foi analisada criticamente por pensadores católicos ou por intérpretes da história do catolicismo. Ver DIAS, R. B. Da esquerda católica à esquerda revolucionária. A Ação Popular na história do catolicismo. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano I, nº 1, maio 2008, p. 166-195. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/edicoes.html>>. Acesso em 21 jan. 2009.

²¹ Especificamente sobre o processo de “proletarização” da militância da AP, ver: OLIVEIRA, Mônica. *Militantes operários e operários militantes: a experiência da “integração na produção” na história da Ação Popular (1965-1970)*. Campinas, Unicamp, 2005. Dissertação (Mestrado em História); SANTANA, Cristiane S. de. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008. Dissertação (Mestrado em História); DIAS, R. B. *Op. cit.* Marcelo Ridenti, em conhecido ensaio, interpretou essa transformação por meio da noção de “romantismo revolucionário”. RIDENTI, M. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, M. & REIS FILHO, D. A. (Orgs). *História do marxismo no Brasil*, V. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 227-302.

²² Líderes da “corrente 2”, como Vinicius Caldeira Brant, viriam a participar da fundação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, em 1969.

²³ AÇÃO POPULAR. *Audácia nos objetivos e rigor nos métodos*, 1969, p. 3. Para uma análise dessas transformações a partir de conceitos extraídos da obra de Hannah Arendt, ver BONOMI, Maria. *A praia sob o paralelepípedo: a experiência da AP e as potencialidades da Ação Política*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política).

²⁴ AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA. Programa básico. In REIS FILHO, D. A. & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 293-305. Este livro foi reeditado, em 2006, pela Expressão Popular, onde o texto citado encontra-se entre as páginas 371 e 386.

²⁵ O documento *Viva a nova Ação Popular; Comunicado da III Reunião Ampliada da Direção Nacional*, de maio de 1971, relata que havia, nos debates, cinco tendências. O afunilamento deu-se em torno da polarização descrita.

²⁶ LIMA, Haroldo & ARANTES, Alado. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 158. Em outro artigo, fiz uma análise específica

desse livro. DIAS, R. D. A história da Ação Popular na perspectiva do PCdoB. *Diálogos*, v. 10 nº 1, 2006, p. 143-175. Disponível em <www.dialogos.uem.br>. Acesso em 21 jan. 2009.

²⁷ OLIVEIRA JÚNIOR, Franklin. *Paixão e revolução: capítulos sobre a história da AP*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2000. Tese (Doutorado em História), p. 493.

²⁸ APML. *Por uma política de reconstrução da APML com participação efetiva e criadora da massa dos militantes na formulação da nossa autocrítica e na elaboração de uma nova linha política*. Agosto de 1977, p. 19

²⁹ APML. *Boletim Central*. Nº 8, 1974, p. 2.

³⁰ APML. *Boletim Central*. Nº 8, 1974, p. 3.

³¹ APML. *Boletim Central*. Nº 8, 1974. p. 7-8.

³² APML. *Sem título*, 1978, p. 15 [Trata-se de um documento editado em 1978, sem título, como subsídio elaborado, pelo Secretariado Nacional da APML, para a preparação da IV Reunião Nacional Ampliada. Consta do “Fundo Jair Ferreira de Sá”, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

³³ *Ibidem*, p. 31.

³⁴ A PO colocava-se na linha de sucessão da Polop, da qual foi considerada uma reorganização. O MEP era uma dissidência da PO.

³⁵ APML. *Ativo estudantil*, julho de 1977, p.4.

³⁶ APML. *Ao Comitê Central de Y*, dez.1977, p.3. Em 1974, a APML e o MR-8 apoiaram a vitoriosa candidatura de Lysâneas Maciel para deputado federal. Exponente da esquerda do MDB, Maciel foi cassado pelo AI-5.

³⁷ Exemplo de publicação era o jornal *Unidade Proletária*, mantido pela APML, MR-8 e outras forças, que tinha o objetivo de atingir setores avançados da classe operária.

³⁸ APML. *Sem título*, 1978.

³⁹ APML. *Sem título*, 1978, p.33.

⁴⁰ APML. *Sem título*, 1978, p.43.

⁴¹ KECK, Margareth. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991, p. 70.

⁴² *Idem*. Esse mapeamento pode ser ampliado, mas cobre algumas das principais tendências. Registre-se, porém, que Fernando H. Cardoso, já em 1977, propunha um partido popular que tivesse como suporte os movimentos sociais. Com sua eleição ao Senado em 1978, privilegiou o MDB.

⁴³ Na campanha do sindicalista Benedito Marcílio à Câmara Federal, que tinha seu apoio, a Convergência Socialista assumiu o termo Partido dos Trabalhadores. Ver FÁRIA, Marcos Moutta. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à*

história do trotskismo no Brasil. A experiência do movimento Convergência Socialista. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em História).

⁴⁴ GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT. Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores.* São Paulo: Cortez, 1989, p. 45.

⁴⁵ In HARNECKER, M. *O sonho era possível.* São Paulo: Casa América Livre; Havana: MEPLA, 1994, p. 139. Jorge Almeida refere-se aos deputados estaduais Geraldo Siqueira (SP) e José Eudes (RJ).

⁴⁶ Não passou de um ato formal, pois o *Programa básico* não servia como referência havia muitos anos. Ainda que pela revisão, o fato indica que a APML procurava preservar vínculos com seu passado remoto.

⁴⁷ APML. *Resoluções políticas da IV RNA*, 1979, p. 35-6.

⁴⁸ APML. *Resoluções políticas da IV RNA*, p. 39.

⁴⁹ APML. *Resoluções políticas da IV RNA*, p. 42.

⁵⁰ In HARNECKER, M. *Op. cit.*, p.139-141.

⁵¹ *Ibidem*, p. 139-141.

⁵² *Jornal da República*, 9 de setembro de 1979.

⁵³ In HARNECKER, M. *Op. cit.*, p.139-141.

⁵⁴ APML. *Resolução da Reunião do CC sobre Reorganização Partidária.* Outubro de 1979, p.1-2.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 2.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 3.

⁵⁷ APML. *Avançar na construção de um Partido Popular aderindo ao Movimento Pró-PT.* Outubro de 1979, p. 12.

⁵⁸ Nesse documento, a APML revelou que viu com desconfiança a deliberação do IX Congresso dos Metalúrgicos de Lins, uma vez que a plenária era heterogênea e a proposta de fundação do PT havia sido aprovada até pelos pelegos. Essa mesma desconfiança foi manifestada por outras organizações da Esquerda Revolucionária, conforme FARIA, M. M. *Op. cit.*

⁵⁹ APML. *Avançar...*, p.12.

⁶⁰ APML. *Avançar...*, p.12.

⁶¹ *Idem.*

⁶² *Ibidem*, p. 14.

⁶³ Entrevista à revista *Teoria e Debate*. Nº 65, Fev.-Mar. de 2006. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3312>>. Acesso em 21 jan. 2009.

⁶⁴ KECK, M. *Op. cit.*, p. 113.

⁶⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes & FORTES, Alexandre. (Orgs.). *Muitos caminhos, uma estrela*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 70

⁶⁶ OLIVEIRA JÚNIOR., F. *Op. cit.*, p.598.

⁶⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa. PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos, 1979-1998*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 68.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 69.

⁶⁹ Discurso de Lula à 1ª. Convenção Nacional do PT. In PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Op. cit.*, p. 114.

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. O socialismo petista. In PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros...*, p. 430.

⁷² *Idem*.

⁷³ APML. *Resoluções políticas do Comitê Central*. 1980.

⁷⁴ OLIVEIRA JÚNIOR, F. *Op. cit.*, p. 755.

⁷⁵ Sobre os desdobramentos, Jorge Almeida complementa: “Em alguns estados restaram grupos articulados; em outros grupos diluídos, e um setor da AP se manteve organizado durante o ano de 1981, como fração organizada da Ação Popular. No começo de 1982, realizaram um congresso e fundaram uma nova organização com o nome de Organização Comunista Democracia Proletária. Foi o único setor que permaneceu organizado durante algum tempo” (HARNECKER, M. *Op. cit.*, p. 260). Ex-militantes da APML também se vincularam a outros setores internos, incluindo o que veio a ser a corrente majoritária, a Articulação.